

**EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 60.709 - SP
(2019/0120218-8)**

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
EMBARGANTE : L R G
ADVOGADOS : ADEMIR JOSÉ DE ARAÚJO - SP114772
RODRIGO OLIVEIRA MASRI E OUTRO(S) - SP398920
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. SUCEDÂNEO RECURSAL. INVIABILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A decisão agravada deve ser mantida por seus próprios fundamentos, pois em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior.
2. *A via do mandado de segurança não pode ser utilizada como sucedâneo de recurso próprio, sob pena de desnaturar a sua essência constitucional* (MS 11281 / DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 13/9/2006, DJ 26/3/2007 p. 190).
3. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, receber os embargos de declaração como agravo regimental e lhe negar provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Antonio Saldanha Palheiro, Laurita Vaz, Sebastião Reis Júnior e Rogerio Schietti Cruz votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019 (Data do Julgamento).

MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Presidente

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator